



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº , de 2014

(Do Sr. Deputado Geraldo Thadeu)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir a ampliação do Mercado Livre de Energia Elétrica, com a presença do Ministro de Minas e Energia, dos Presidente do CCEE, da Abraceel, da Aneel, da ANACE, da APINE, e de representante do IDEC.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja realizada Audiência Pública para discutir a ampliação do mercado livre de energia elétrica no Brasil, com a presença dos seguintes convidados:

- Sr. Edison Lobão - Ministro de Minas e Energia – MME;
- Dr. Luiz Eduardo Barata Ferreira – Presidente do Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE;
- Dr. Reginaldo Almeida de Medeiros – Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel);
- Dr. Romeu Donizete Rufino – Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL;
- Dr. Carlos Faria – Presidente da Associação Nacional dos Consumidores de Energia – ANACE;
- Dr. Luiz Fernando Vianna – Presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE;
- Representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICATIVA

O mercado livre de energia elétrica no Brasil representa hoje 27% do consumo nacional. Em que pese representar expressiva participação, sabe-se que esta poderia elevar-se, face às restrições de natureza legal.

Na nossa visão, sem comprometer as exigências que devem ser observadas em relação à segurança do sistema elétrico, é perfeitamente possível não só aumentar o número de consumidores industriais ou comerciais do mercado livre, mas, também, estender os seus benefícios a outros segmentos da economia brasileira, como os próprios consumidores residenciais.

Atualmente, apenas 1.727 grandes consumidores têm o privilégio de fazer parte do grupo beneficiado pelo mercado livre de energia elétrica. Caso a legislação seja flexibilizada, mais consumidores industriais ou comerciais e residenciais poderão ser classificados como consumidores livres, fazendo com que a economia brasileira se torne mais competitiva, ao tempo que eleva os níveis de emprego e de renda. Já existe amparo legal para que essa flexibilização ocorra por parte do Ministério de Minas e Energia.

Assim, como é atribuição desta Comissão de Minas e Energia discutir as grandes questões nacionais setoriais, encaminho o presente requerimento, para apreciação dos pares, pelo que peço deferimento.

Sala das Comissões, em agosto de 2014.

Deputado Geraldo Thadeu